

**AS POLÍTICAS NACIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM UM
NOVO CENÁRIO NEOLIBERAL: RUPTURAS E CONTINUIDADES NA
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEDF)**

Tayane Dias Gomes Pessoa

UnB

tayane.gomes2@gmail.com

Esta pesquisa de tese, ainda em estágio inicial do 1º semestre, se relaciona ao eixo temático 2, Formação Docente, e constitui a partir das experiências acadêmicas e profissionais que nos levaram a procurar compreender as políticas de formação em âmbito nacional e os impactos nas políticas de formação locais, a partir de uma contextualização com o nosso tempo histórico.

O ano de 2018 se consolidou pela constituição de uma narrativa política que ascendeu de forma decisiva no Brasil: pautada por uma perspectiva conservadora no que tange ao entendimento das relações sociais e neoliberal na construção da agenda econômica, direcionada, essencialmente, para a uma nova reestruturação do Estado. Trata-se de uma tendência mundial de consolidação da aliança política entre os ideários neoliberal e conservador (FREITAS, 2019). Dessa forma, partimos do pressuposto que a busca pelo entendimento da gênese das demandas de formação inicial e continuada do período 2019- 2022 se darão a partir da compreensão sobre a ascensão um novo panorama político, reflexo da conciliação entre neoliberais e conservadores.

Partindo da compreensão gramsciana de que a análise das forças sociais, políticas, econômicas e culturais devem ser feitas em diferentes momentos históricos, pois os movimentos se consolidam no interior de um bloco histórico (GRAMSCI, 2013), aponta-se no cenário educacional brasileiro a possibilidade de aprofundamento das análises relativas às políticas de formação de professores nesse contexto de mudanças na correlação das forças em disputa, que impactaram diretamente a agenda educacional (MOTTA, LEHER, GAWRYZEWSKI, 2018). Esse cenário se torna ainda passível de novas investigações quando se transcreve a trajetória das disputas no campo ideológico até se chegar ao ano de 2019, quando se consolida, de fato, a intersecção entre as orientações neoliberais direcionadas para a educação e a ascensão do neoconservadorismo, que avançaria a passos largos no país pelos próximos anos, em especial por meio da política institucional.

As dificuldades para se avaliar as políticas de formação de professores nesse contexto se dão, fundamentalmente, pelos entraves de acesso às informações que, a priori, não parecem sistematizadas com base em um projeto educacional com pressupostos e ações bem definidos. Neste caso, chama atenção o uso de medidas mais sistemáticas no que tange à pauta econômica e medidas menos sistematizadas no tocante à pauta educacional, que foram mais direcionadas a respostas ministeriais a processos já em curso em outras gestões.

Partindo de um entendimento mais amplo sobre as características estruturais a partir das quais nascem as políticas nacionais de formação de professores desse período, levanta-se a possibilidade de investigação sobre a condução dessas políticas a partir da composição de um deste ideário capitalista, constituído por elementos de caráter conservador e de novos entendimentos sobre as atribuições do Estado. Essa abordagem parte da compreensão de que as políticas de formação de professores ocorrem em movimentos articulados com uma realidade política e econômica mais ampla (SILVA, 2018). A partir dessas proposições destacamos nosso problema central de pesquisa: de que forma as diretrizes de formação do período 2019-2022 impactaram o trabalho e reestruturaram a formação de professores no Brasil? O objeto da tese é compreender de que forma essas diretrizes de formação nacional impactaram o trabalho e reestruturaram a formação docente à medida que expressaram a correlação de forças e o projeto societário em disputa naquele momento.

Trata-se de uma pesquisa em fase inicial de desenvolvimento, de caráter qualitativo e quantitativo, que se dará', a princípio, a partir de três frentes: a articulação entre os referenciais teóricos, as análises dos documentos que situam o debate no âmbito das políticas e, por fim, as entrevistas conduzidas junto aos professores da rede pública da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Iniciamos o levantamento das documentações referentes às políticas de formação desse período,

disponibilizadas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação.

Temos como objetivo geral 1. Sistematizar e categorizar as políticas de formação de professores e as forças hegemônicas (grupos e organizações) que as articularam e as disputaram; como objetivos específicos 1. Investigar a relação entre as políticas de caráter econômico e as diretrizes de formação de professores; 2. Identificar e examinar a relação entre as políticas de formação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e as políticas nacionais de formação; 3. Analisar as percepções dos professores da rede pública do Distrito Federal a respeito do impacto dessas políticas de formação em sua prática docente.

Analisaremos as políticas de formação à luz do referencial teórico, o que nos propicia uma abordagem com o aprofundamento necessário ao trabalho intelectual. Nesse sentido, os trabalhos de Antunes (2002), Freitas (1992), Frigotto (2005) , Kuenzer (1998), Leher (2012), Shiroma (2007) poderão nos auxiliar na compreensão do eixo políticas educacionais em sua articulação com a concepção materialista de Estado e trabalho e suas lógicas operacionais. Nos fundamentamos nos estudos de André (2010) para entender a formação de professores como um processo contínuo de constituição da identidade profissional, além dos estudos de Curado Silva (2008), Freitas(2003, 2007) e Oliveira (2004) , que nos auxiliarão na compreensão relativa à articulação entre a formação e o trabalho docente.

Para tanto, adotamos como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético, por termos o entendimento de que a realidade, portanto as condições concretas de produção, devem ser analisadas a partir de uma interpretação dinâmica, que considere a totalidade dos processos sociais que as constituem.

Compreendemos que a teoria marxiana e, indissociavelmente, o método marxista, nos oferecem os subsídios indispensáveis à uma pesquisa que se proponha, de fato, a compreender as políticas de formação para além das aparências imediatas, além da sua expressão enquanto fenômeno. Netto (2011) define como imprescindível o processo de reconhecer o objeto de pesquisa em sua existência objetiva, etapa onde se inicia o conhecimento, para, a partir de então, se chegar à apreensão da essência do objeto, captando sua estrutura e dinâmica. Isso é necessário para que, através de uma pesquisa que articule teoria e prática, possamos compreender como as tais diretrizes de formação foram historicamente produzidas, a fim de captar os movimentos reais que as constituíram.

No que tange à relevância para o campo de estudos, compreendemos que, apesar de ser um período recente da história do Brasil intensamente estudado em seus meandros, especialmente na área da educação, os estudos direcionados para os impactos das políticas nacionais de formação para a rede pública do Distrito Federal ainda são incipientes. Cabe, portanto, ressaltar a relevância da temática para o entendimento deste período e a

possibilidade de levantamento dessas pesquisas como contribuições para elaboração de um estudo que permita a continuidade e o aprofundamento necessários. Ainda no que concerne à instância científica, é necessário ressaltar a importância do compromisso social da universidade pública no fomento de dados que possibilitem a constituição de políticas públicas direcionadas para ações efetivamente transformadoras, como é o caso dos estudos que pautam as políticas de formação a partir da análise do tempo histórico em que são concebidas.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Formação de Professores. Trabalho Docente. Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Formação de professores: a constituição de um campo de estudos.** Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-188, set/dez. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho.** Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano II, N° 2 e Ano 111, N° 3 -2001- 2002, p. 227 – 245.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 258 p.

BRASIL. **Decreto no 9.765, de 11 de abril de 2019.** Institui a Política Nacional de Alfabetização.

CURADO SILVA, Kátia A. P. C. **Professores com Formação Strictu Sensu e o Desenvolvimento da Pesquisa na Educação Básica da Rede Pública de Goiânia:**

Realidade, entraves e possibilidades. 2008. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2008.

CURADO SILVA, Kátia A. P. C. **Políticas de formação de professores:** construindo resistências. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 23, p. 307-320, jul./out. 2018. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

DA MOTTA, V. C.; LEHER, R.; GAWRYSZEWSKI, B. **A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora.** SER Social, v. 20, n. 43, p. 310-328, 13 nov. 2018. **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade.** Campinas, SP: Papirus, 2009, p. 19-48.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização.** Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1095-1124, dezembro 2003.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada.** Educação e Sociedade. [online]. 2007, vol.28, n.100, p.1203-1230.

FREITAS, Luís Carlos. Abertura de Conferência da ANPED 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida e CALDAS, Andrea. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. e FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Orgs.).

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Educação & Sociedade, SP, Cortez, Campinas, CEDES, v. 25, n. 89, set./dez. p. 1127-1144. 2004.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. Editora Expressão Popular, 2011.

SHIROMA, O. E.; MORAES, M. C.; EVANGELISTA, O. **política Educacional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.